



# SINJUFEGO

Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Goiás

**20** anos

Ano 20, N.001  
24/03/2010

www.sinjufego.org.br , sinjufego@terra.com.br, Rua 115, qd. F-36, lt. 86, S. Sul. CEP 74085 325. Goiânia-GO. Tel.: (62) 3942.0641

**Justiça Federal paga juros dos 11,98% aos servidores no dia 03/03**  
(os passivos foram requeridos pelo Sinjufego em 18/02 conforme o Informativo n.48 - pág. 03)

**Publicamos a nota abaixo, na íntegra, a pedido do Juiz Federal Diretor do Foro (Ofício pág. 02)**

PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

### NOTA DE ESCLARECIMENTO

Com relação à matéria que circulou na primeira página do Informativo n. 48/2010 do Sinjufego, acerca do pagamento de juros referentes aos 11,98% devidos a servidores da Justiça Federal, o Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Goiás esclarece que a Diretoria do Foro e seu corpo de servidores:

- não têm responsabilidade pela imprecisão, pela fragilidade nem pela inveracidade de informações oficiosas recebidas e/ou disseminadas por quem quer que seja, tampouco pelas falsas expectativas pecuniárias daí geradas;
- cumprem a Constituição e as leis, sem privilegiar nem preterir ninguém;
- não exercem qualquer ingerência sobre a abertura de aportes financeiros destinados ao pagamento de atrasados de servidores ou de magistrados;
- ordenam os pagamentos conforme disponibilidade orçamentária liberada por órgãos do TRF/1ª Região, após o cumprimento das providências cabíveis;
- se encontram à disposição da coletividade para prestar todas as informações cabíveis, sem caráter pirotécnico nem contaminado por interesses corporativos.

Por fim, a bem da verdade, a Diretoria do Foro espera que os esclarecimentos acima sejam publicados na próxima edição do mesmo periódico do Sinjufego, com idênticos destaque e circulação dados à matéria cujos equívocos que sugere tiveram de ser ora esclarecidos.

**Goiânia, 4-3-2010.**

### **Líderes do PTB (Jovair Arantes) e do PR (Sandro Mabel), João Campos (PSDB) e Pedro Wilson (PT) trabalharão pela aprovação do PCS (PL 6613/2009)**

O compromisso é uma conquista da categoria, feito pelos parlamentares ao Sinjufego, durante a solenidade de 70 anos da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

(SRTE-GO), realizada no dia 15 de março. Na sexta-feira (19/03), às 9 horas, o deputado federal João Campos (PSDB) esteve no Sinjufego e colocou seu mandato à disposição da

entidade para aprovação do projeto. Nesta segunda-feira, 22-03, a reunião foi com o Deputado Jovair Arantes que também manifestou apoio ao projeto. Bancada CF: PR 44 e PTB 24 dep.

**Juiz Federal, Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Goiás,  
solicita ao Sinjufego publicação de nota de esclarecimento.  
Veja ofício abaixo, datado de 12/03/2010**



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA**  
Rua 19 nº 244, Centro - Goiânia/GO - CEP 74030-090 - PABX (62) 3226-1510


OFICIO/SECAD/N. 023

Goiânia, 12 de março de 2010.

Senhor Presidente,

De ordem do MM. Juiz Federal Diretor do Foro desta Seccional, Dr. Juliano Taveira Bernardes, encaminho a anexa NOTA DE ESCLARECIMENTO relativa à matéria que circulou na primeira página do Informativo n. 48/2010 - Sinjufego, acerca do pagamento de juros referentes aos 11,98% devidos a servidores da Justiça Federal, solicitando que seja publicada na próxima edição do mesmo periódico desse Sindicato, com idênticos destaque e circulação dados à matéria.

Atenciosamente,

  
BACKER SCHUMAN RAMOS LOBO  
Diretor da Secretaria Administrativa

Ilmo. Sr.

ANTÔNIO CÉZAR PRAZERES DE ANDRADE SILVA

Presidente do SINJUFEGO

Rua 115, Qd.F.36, Lt. 86 – S. Sul

74085-326 GOIÂNIA-GO

**Abaixo, o Informativo n. 48, mencionado nos documentos recebidos pelo Sinjufego. Esclarecemos que o sindicato não recebeu resposta às indagações contidas no requerimento. Como os servidores receberam os juros dos 11,98% conforme a disponibilidade orçamentária liberada, o Sinjufego decidiu não dar continuidade ao Processo Administrativo.**



**SINJUFEGO**  
Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Goiás

Informativo  
Nº 48  
Fevereiro/2010

www.sinjufego.org.br , sinjufego@terra.com.br, Rua 115, qd. F-36, lt. 86, S. Sul. CEP 74085 325. Goiânia-GO. Tel.: (62) 3942.0641

## ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O presidente do Sinjufego, Antonio Cezar Prazeres, convoca os associados para assembleia geral extraordinária da categoria a realizar-se nesta sexta-feira (26/02), às 18h15, em 1ª convocação, e às 19h15, em 2ª convocação, na sede do sindicato (Rua 115, quadra F-36, lote 86, S. Sul, Goiânia-GO) para eleger os delegados que irão representar os servidores do Judiciário Federal de Goiás no 7º Congresso Nacional da Fenajufe (Congrejufe), que ocorrerá de 27 a 31/03, em Fortaleza (CE).

## Sinjufego, Assojaf e Serjus requerem informações sobre suspensão do pagamento dos 11,98% na JF

O Sinjufego, juntamente com a Assojaf/GO e a Serjus requereram, ao diretor do Foro da Seção Judiciária Federal em Goiás, o juiz federal Juliano Taveira Bernardes, informações sobre a suspensão do pagamento de parcela dos valores atrasados dos juros dos 11,98% aos servidores do órgão.

As entidades foram informadas de que no final do exercício passado tinha sido emitida nota de empenho para o pagamento desses valores aos servidores da Justiça Federal em Goiás e que também tinham sido emitidas folhas suplementares de pagamento – o que gerou a expectativa na categoria de recebimento das parcelas dos juros dos 11,98%. Mas nenhum valor foi pago até a presente data ou prestada qualquer informação sobre as razões do não pagamento.

Além do mais, também teria sido autorizada a quitação de passivos devidos aos Juízes Federais, juntamente com a autorização do pagamento de passivos da categoria, mas diferentemente da solução dada aos servidores, os valores dos magistrados teriam sido pagos efetivamente.

Diante do não pagamento dos valores aos servidores, as entidades requereram as seguintes informações em ofício endereçado ao diretor do Foro da Seção Judiciária:

- O motivo pelo qual não foi realizado o pagamento dos juros dos 11,98%, mesmo após o empenho dos valores e emissão de folha suplementar;
- Se houve destinação conjunta de recursos para pagamento



de passivos de servidores e juízes, e se apenas a estes foram pagos os valores;

c) Se houve apenas o pagamento dos magistrados, qual o critério utilizado para a preterição, vez que os servidores aguardam há vários anos o pagamento desses passivos.

# Presidente do TST declara apoio ao PCS

Várias ações estão sendo realizadas essa semana, pela Fenajufe, para intensificar a campanha em defesa da aprovação do projeto que revisa o plano de cargos e salários dos servidores do Judiciário Federal. Na tarde dessa terça-feira (16/03), os coordenadores Roberto Policarpo e Lúcia Bernardes conseguiram o apoio do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Milton de Moura França, à reivindicação da categoria.

Os representantes da Federação iniciaram a conversa explicando ao ministro a situação do andamento do PL 6613/2009, que ainda está na Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara, sob a relatoria do deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM). Os dirigentes sindicais argumentaram que no momento o mais importante é a definição de um acordo entre a cúpula do Judiciário e o Executivo que garanta a verba orçamentária necessária à implementação do novo PCS ainda este ano.

Após explicar a situação do projeto, Lúcia e Policarpo solicitaram ao ministro que converse com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, a

respeito das negociações com o Executivo.

“Colocamos as dificuldades que enfrentamos no que se refere ao impacto financeiro do projeto e pedimos que o presidente do TST leve a nossa preocupação ao ministro Gilmar Mendes. O nosso objetivo é encontrarmos uma saída logo”, afirma Lúcia Bernardes, que também informou ao ministro a disposição da categoria em deflagrar uma greve em nível nacional caso não haja qualquer avanço nas próximas semanas.

O presidente do TST se comprometeu a procurar o ministro Gilmar Mendes e apresentá-lo a reivindicação dos servidores. Ele garantiu, ainda, que vai convidar os presidentes dos outros tribunais superiores para participarem da conversa que terá com Mendes sobre o PL 6613/09.

Além do compromisso em atuar em defesa do projeto, Moura França falou da necessidade de a Fenajufe e os sindicatos intensificarem as pressões junto ao Legislativo para que o PCS seja aprovado de imediato na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

(CTASP) e enviado rapidamente à Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

## **Segundo Ministro Gilmar Mendes, negociação com Executivo está difícil**

Na noite de quarta-feira (10/03), o coordenador Antônio Melquíades (Melqui) conseguiu falar com o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, durante a cerimônia de lançamento do Anuário da Justiça, na sede do próprio Supremo. Na conversa, Melqui apresentou ao ministro a preocupação dos servidores com a demora na votação do PL 6613, devido à falta de um acordo entre o Judiciário e o Executivo referente à previsão orçamentária. O coordenador da Fenajufe também perguntou como andam as conversas com a área econômica do governo federal e qual a avaliação do ministro sobre as negociações.

Segundo Gilmar Mendes, o STF tem feito várias reuniões com representantes do Ministério do Planejamento, em que a pauta central é a revisão salarial dos servidores. Ele disse, no entanto, que o cenário das negociações está bastante difícil. Mas garantiu que manterá os diálogos.

**Fonte: Fenajufe**

## **Sinjfego realiza reunião nesta quarta-feira (24/03) com delegados de Goiás ao 7º Congrejufe**

O Sinjfego convida os colegas servidores para a reunião que será realizada, na próxima quarta-feira (24/03), às 19 horas, na sede da entidade (Rua 115, quadra F36, lote 86, Setor Sul, Goiânia-GO), com os delegados que representarão Goiás no 7º Congrejufe. Na ocasião, os servidores deverão apresentar as propostas a serem colocadas em discussão pelos representantes eleitos

pela categoria para o Congresso. Foram escolhidos para participar do 7º Congrejufe, durante Assembléia Geral Extraordinária no dia 26 de fevereiro, os seguintes servidores: Cícero Martins da Silva (JF); Dalvelina Pereira Coutrins (aposentada JF); Sebastião França Júnior (JF); Rodrigo Guimarães (JF); Maturalice Izabel Souza Fernandes (TRT); Fúlvio Luiz

de Freitas Barros (JF) e Antonio Cezar Prazeres de Andrade e Silva (TRT).

Como observadores/suplentes de delegados, foram eleitos os servidores Nivaldo Soares de Brito (TRT); João Batista Moraes Vieira (TRE); Alex Borges de Carvalho (aposentado TRE); Saulo Ribeiro das Neves (JF) e Emmanuel Luiz Abdala de Oliveira (JF).

## **Sinjfego aguarda resposta do TRT/GO sobre pagamento dos Quintos e dos juros dos 11,98%**

O Sinjfego está aguardando resposta do TRT – 18ª Região ao requerimento administrativo protocolado no dia 10 de março do corrente ano, no qual o sindicato requer que seja informada a data prevista para o pagamento dos juros dos 11,98% e do remanescente dos Quintos ou cronograma de pagamento, tendo em vista que os servidores da Corte Trabalhista estão há

vários anos aguardando a quitação desses valores.

O direito aos 11,98% e aos quintos foi reconhecido pelo TST e STF no século passado. Desde 1997, quando o Sinjfego ingressou com a ação dos 11,98%, a entidade tem destinado energias imensuráveis para que a justiça respeite os direitos dos que nela trabalham.